

Internacionalização da educação superior: uma análise a partir do ciclo de políticas¹

Internationalization of higher education: an analysis based on the policy cycle

Egeslaine de Nez²: 0000-0002-3445-1040¹

Marília Costa Morosini³: 0000-0002-0316-0080^{II}

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil;
e.denez@yahoo.com.br

^{II} Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS- Porto Alegre, RS, Brasil;
marilia.morosini@puers.br

Resumo:

Este artigo adota uma abordagem teórico-reflexiva, fundamentada na análise de questões contemporâneas relacionadas à internacionalização da educação superior e a atuação do Estado na formulação de políticas públicas educacionais. O objetivo consiste em analisar alguns programas brasileiros que, nos últimos anos, contribuíram para o fortalecimento da internacionalização da educação, com ênfase nas iniciativas voltadas à cooperação com a América Latina e o Caribe, caracterizando o Sul Global como *lôcus* de produção de saberes. O estudo fundamenta-se no conceito de campo científico e na abordagem do ciclo de políticas. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como corpus documentos oficiais do Setor Educacional do MERCOSUL, da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) e do Programa Move La América. Os resultados evidenciam que, embora essas iniciativas representem avanços na promoção da mobilidade acadêmica, da cooperação científica e da integração regional, as políticas brasileiras de internacionalização ainda se mostram pontuais e insuficientes para assegurar o acesso democrático às oportunidades de cooperação. Conclui-se que a consolidação da internacionalização da educação superior requer políticas públicas permanentes, capazes de fortalecer redes colaborativas, ampliar a produção compartilhada do conhecimento e reconhecer a América Latina e o Caribe como espaços estratégicos de produção científica no contexto do Sul Global.

Palavras-chave: Educação Superior; Internacionalização; Ciclo de política.

Abstract:

This article adopts a theoretical-reflective approach based on the analysis of contemporary issues regarding the internationalization of higher education and the State's role in formulating public educational policies. The objective is to analyze selected Brazilian programs that, in recent years, have contributed to strengthening the internationalization of education, with an emphasis on initiatives aimed at cooperation with Latin America and the Caribbean, conceptualizing the Global South as a *locus* for knowledge production. The study is grounded in the concept of the "scientific field" and the policy cycle approach. Methodologically, it is characterized as bibliographic and documentary research, with a corpus comprising official documents from the MERCOSUR Educational Sector, the

¹ Este artigo está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado: “Programa institucional de internacionalização (PrInt): impactos e construção de indicadores nas instituições de educação superior gaúchas”, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

² Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-graduação em Educação. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0316-0080>. E-mail: e.denez@yahoo.com.br.

³ Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Programa de Pós-graduação em Educação. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3445-1040>. E-mail: marilia.morosini@puers.br.

Association of Montevideo Group Universities (AUGM), and the Move La América Program. The results indicate that, although these initiatives represent advances in promoting academic mobility, scientific cooperation, and regional integration, Brazilian internationalization policies remain sporadic and insufficient to ensure democratic access to cooperation opportunities. The study concludes that consolidating the internationalization of higher education requires permanent public policies capable of strengthening collaborative networks, expanding shared knowledge production, and recognizing Latin America and the Caribbean as strategic spaces for scientific production within the context of the Global South.

Keywords: Higher Education; Internationalization; Policy Cycle.

Introdução

As políticas educacionais voltadas à Educação Superior constituem um amplo campo de estudos e desempenham papel estratégico no desenvolvimento dos sistemas educacionais. Elas compreendem o conjunto de diretrizes, estratégias, legislações, regulamentações e decisões governamentais formuladas em resposta às demandas sociais, orientando a organização e o funcionamento da educação em um país (Nez, 2020). Nesse contexto, abrangem diferentes dimensões, como currículo, financiamento, avaliação, gestão educacional e demais aspectos relacionados à formação em nível superior.

Tais políticas têm como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação, ampliar a equidade no acesso e garantir condições para a permanência dos estudantes. No âmbito da internacionalização da Educação Superior, esses objetivos são ampliados pela necessidade de fortalecer políticas e práticas que favoreçam a cooperação, a mobilidade e a inserção das instituições em redes globais de ensino e pesquisa. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar alguns programas brasileiros que, nos últimos anos, contribuíram para o fortalecimento da internacionalização, bem como refletir sobre a atuação do Estado na promoção e consolidação desse processo.

Nas últimas décadas, a internacionalização da Educação Superior tem se consolidado como um importante objeto de investigação, articulando debates sobre produção do conhecimento, cooperação acadêmica e os desafios impostos pela dinâmica global. Esses processos são permeados por disputas, interesses e estratégias que refletem as transformações da realidade internacional. Conforme destacam Nez e Morosini (2020), a internacionalização é um componente inerente ao desenvolvimento da Educação Superior e sua expansão torna-se cada vez mais inevitável diante da sociedade globalizada.

Nesse cenário, esse movimento assume um caráter sócio-histórico singular, fortemente influenciado pelas orientações de organismos internacionais, expressas em documentos como a Educação para a Cidadania Global (Unesco, 2015), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Unesco, 2015a). Além das Conferências Mundiais de Educação Superior (CMES) e as Conferências Regionais de Educação Superior (CRES), que orientam políticas voltadas ao fortalecimento da cooperação e da formação cidadã em escala global.

Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental sobre programas de internacionalização da educação superior no Brasil. O recorte analítico contemplou consultas aos sítios institucionais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL Educacional), da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) e do Programa Move La América. A seleção dessas iniciativas justifica-se por representarem estratégias de internacionalização desenvolvidas no contexto do Sul Global, privilegiando ações de cooperação acadêmica regional, discussão a ser evidenciada neste estudo.

O artigo em questão está dividido em três partes, além das considerações iniciais. Na primeira, destaca-se o campo científico da Internacionalização da Educação Superior; na segunda parte, sinalizam-se algumas práticas educacionais brasileiras que garantem ações internacionalizadas; e na última, as conclusões.

1. Reflexões sobre o campo científico e o ciclo de políticas

O campo científico (Bourdieu, 1983) constitui um elemento fundamental para a compreensão das políticas educacionais voltadas à internacionalização da Educação Superior. De acordo com Knight (2004), esse campo pode ser analisado em diferentes níveis de atuação: global, nacional e institucional, aos quais, mais recentemente, acrescentou-se a dimensão regional. Esses níveis articulam-se de forma dinâmica, influenciando a formulação e a implementação das políticas, as práticas institucionais, a produção do conhecimento e as perspectivas teórico-metodológicas adotadas nos estudos sobre o tema.

Isso significa dizer que se interligam e se refletem nas instituições, na *episteme* do tema e do método a ser adotado, enfim nas práticas das políticas. Sob a perspectiva de Bourdieu (2004), o campo científico configura-se como um espaço social autônomo, estruturado por relações de força, disputas e interesses entre os agentes que o compõem. Nesse espaço, pesquisadores, universidades, agências de fomento, organismos internacionais e o próprio Estado disputam legitimidade, reconhecimento e autoridade para definir os objetos de investigação, os critérios de validação do conhecimento e as agendas de pesquisa.

Nesta direção, o Sul Global ainda não ocupa um lugar de destaque na configuração do campo, Santos (2019) explicita que não é apenas uma expressão geográfica de localização no mapa, mas uma referência às relações históricas de desigualdade e às experiências compartilhadas por países que ocupam posições subalternizadas. O campo também precisa ser analisado a partir dessas relações de desigualdade e de não reconhecimento.

No âmbito da internacionalização da Educação Superior, essas disputas influenciam diretamente a formulação de políticas, a distribuição de recursos, a consolidação de redes de cooperação e os modelos de produção do conhecimento. Assim, compreender a internacionalização a partir da perspectiva do campo científico permite evidenciar que esse processo não se restringe às iniciativas de mobilidade acadêmica ou à cooperação entre instituições de excelência, mas envolvem relações de poder, diferentes formas de capital, quais sejam: científico, simbólico, econômico e social (Bourdieu, 2004). Além de estratégias de posicionamento dos diversos agentes que atuam no cenário nacional e internacional.

É preciso enfatizar que o conceito de internacionalização da educação superior tem passado por um processo de ampliação, deixando de ser compreendido exclusivamente a partir da mobilidade, para assumir uma perspectiva mais abrangente. Em uma concepção inicialmente mais associada às atividades realizadas além das fronteiras, a mobilidade acadêmica ocupou posição central nas políticas e estratégias de internacionalização.

Entretanto, com o passar dos anos, surge a necessidade de entendê-la para além desses elementos, De Wit (2011) chama atenção para um processo que envolve diferentes dimensões institucionais, acadêmicas e interculturais. Nessa perspectiva, a internacionalização avança para o currículo, para as redes de pesquisa, para a cooperação científica e na construção de competências interculturais.

Este estudo reconhece que internacionalizar não significa simplesmente “tornar-se internacional”, mas desenvolver, de modo intencional e contextualizado, processos que articulam diferentes sujeitos, conhecimentos, culturas e territórios. Isso torna o conceito relevante para a reflexão sobre modelos de internacionalização situados em diferentes contextos nacionais e regionais, e aqui especialmente, no Sul Global. A perspectiva analítica de abrangência ampla do processo como um todo em um determinado território em um período, desde a sua formulação até a implementação, envolve também a análise a partir do ciclo das políticas (Ball e Bowe, 1992), por meio das três principais fases da metodologia: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. É importante registrar que não há linearidade entre os ciclos, mas interligação entre os mesmos.

No contexto da produção dos textos políticos, destacam-se as disputas presentes na arena de poder entre os diferentes atores envolvidos na elaboração das políticas públicas. A redação dos documentos oficiais resulta de processos de negociação, conflitos e consensos construídos entre grupos que buscam influenciar o conteúdo e os significados atribuídos às ações. Atualmente, um dos *locus* importantes são as redes sociais.

Como afirma Mainardes (2006, p. 52), "os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política". Desse modo, os documentos normativos não devem ser compreendidos como produtos neutros ou consensuais, mas como expressões de interesses, relações de poder e diferentes projetos políticos, sejam eles internacionais, nacionais e/ou locais.

Em relação ao contexto da prática, as políticas não são implementadas de maneira linear pelas instituições. Ao contrário, passam por processos contínuos de interpretação, ressignificação e recriação por parte dos sujeitos/atores envolvidos em sua execução. O ponto-chave é que as políticas não são simplesmente "implementadas" dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem "recriadas" no âmbito educativo (Mainardes, 2006, p. 53). Ademais, Mainardes (2006) ainda sugere que o ciclo das políticas seja acompanhado por outra teoria que facilite a compreensão do que ocorre em cada etapa de análise. No nosso caso, utilizamos as perspectivas globais/regionais/nacionais e institucionais, defendidas por Knight (2004) cruzadas com o ciclo das políticas.

Ball e Bowe (1992) oferecem instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais, pois adotam uma perspectiva pós-estruturalista cujas características incluem a desconstrução de conceitos e certezas do presente, busca de novas perspectivas e outros princípios explicativos. Focalizam as práticas (micro-políticas), a heterogeneidade, o pluralismo e a articulação entre macro e microcontextos, que serão observados na AUGM, no Mercosul Educativo e demais propostas de internacionalização.

O contexto da prática pode ser considerado um micro-processo político, sendo constituído pelo contexto da influência, da produção do texto e da prática, o que exige que se examinem fatores macro e micro e as interações entre eles. Ao passo que o contexto de influência envolve a análise de influências globais/internacionais, nacionais e locais e a articulação entre elas. Isso quer dizer que o contexto da prática objetivamente exige a análise

de como a política é reinterpretada pelos profissionais que atuam no nível micro (nas instituições) e ainda a análise das relações de poder e resistências existentes nestes espaços.

Registra-se aqui que em cada nível de internacionalização o ciclo das políticas se repete. O quadro 1 apresenta uma síntese analítica relacionando a internacionalização da Educação Superior aos contextos de Ball e Bowe (1992)

QUADRO 1 - Internacionalização da educação superior e o ciclo das políticas

Contextos do ciclo de políticas (Ball & Bowe)				
Níveis de internacionalização (Knight)	Contexto da influência	Contexto da produção do texto	Contexto da prática (alguns exemplos)	
Internacional	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Documentos norteadores (manuais, declarações, outros)	Programa Erasmus ⁴	
	Banco Mundial (BM)		Erasmus Mundus ⁵	
	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	Conferências Mundiais de Educação (CME)	Fundação Carolina ⁶	
Regional	Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC/UNESCO)	Conferências Regionais de Educação (CRES) Declaração CRES+5		

⁴ Programa da União Européia (UE) de apoio à educação, à formação, à juventude e ao desporto na Europa. Ver mais sobre em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt>.

⁵ Trata-se de um dos programas da Europa, com financiamento robusto, estrutura acadêmica de alto nível e a possibilidade de estudar em mais de um país. Mais informações em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/opportunities/individuals/students/erasmus-mundus-joint-masters>.

⁶ Criada por acordo do Conselho de Ministros nos anos 2000, para promover as relações culturais e a cooperação em educação e ciência entre a Espanha e os países da Comunidade Ibero-Americana de Nações, bem como com outros países com laços históricos, culturais e geográficos (Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/la-fundacion/historia/>).

INTERFACES DA EDUCAÇÃO

Nacional	Foco Norte Global	Avaliação quadrienal da CAPES com ênfase em missões e redes de pesquisa internacionais e nacionais	Projeto Marca ⁷ Move La America ⁸ Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-Americano (PILA) ⁹ Setor Educativo do Mercosul ¹⁰ Programa de Internacionalização (PrInt) ¹¹ Programa Redes para Internacionalização Institucional CAPES/Global ¹²
	Foco Sul Global		
Institucional	Política Nacional de Educação Superior (Pneds) Plano Nacional de Educação (PNE) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Plano de desenvolvimento institucional (PDI) Plano Institucional de Internacionalização (PII)	Editais e ações práticas de internacionalização Secretarias de apoio à internacionalização (docentes e discentes)

Fonte: As autoras (2026).

O quadro demonstra alguns exemplos dos contextos relacionados aos níveis de internacionalização a partir de Knight (2004). É possível, com isso, inferir também que Ball e

⁷ Programa regional de mobilidade acadêmica para cursos de graduação acreditados pelo Sistema Regional de Acreditação do Mercosul (ARCU-SUL) que objetiva fortalecer cursos e promover a internacionalização e a integração regional. Consultar mais sobre em: https://programamarca.siu.edu.ar/programa_marca/index.html.

⁸ Tem como finalidade complementar os esforços de internacionalização das universidades brasileiras por meio da atração de discentes estrangeiros da América Latina e Caribe, permitindo-se o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação e a criação de um ambiente institucional internacional (Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-move-la-america>).

⁹ Programa de cooperação entre universidades da América Latina que promove a mobilidade de: estudantes de graduação e pós-graduação; professores; pesquisadores e gestores universitários. Ver mais sobre em: <https://www.programapila.lat/>.

¹⁰ É um espaço de coordenação das políticas educativas que reúne os países membros e associados do MERCOSUL, que busca a concertação de políticas que articulem a educação com o processo de integração, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/tema/educacao>.

¹¹ Objetiva incentivar a internacionalização das instituições de ensino superior por meio de planos estratégicos, desenvolvimento de redes de pesquisa, mobilidade acadêmica e integração das ações para fortalecimento da cooperação internacional e da qualidade da pós-graduação. Ver mais sobre em: <https://www.capes.gov.br/pt/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>.

¹² Tem como finalidade fomentar a criação de redes de cooperação entre instituições nacionais com estágios de internacionalização diversos para promover, por meio da cooperação internacional, o desenvolvimento de atividades estratégicas de pesquisa e pós-graduação. Consultar: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-capes-global.edu> para maiores informações a respeito do programa.

Bowe (1992) analisam as políticas como resultado de disputas em diferentes contextos: influência, produção de texto e prática. Bourdieu (1996 e 2004) corrobora o aporte sociológico para compreender por que essas disputas ocorrem ao explicar os campos como espaços estruturados por relações de força e pela distribuição desigual de capitais. Essa articulação deve ser refletida na compreensão da análise das políticas educacionais.

Neste estudo, vamos nos deter nos programas nacionais voltados ao Sul Global, analisando-o com o potencial de produção, sistematização e circulação de conhecimentos, na medida em que se constitui como um espaço de diálogo, respeito e reciprocidade aos países envolvidos. Podemos, assim, situar a América Latina e Caribe (AL&C) e, em específico, o Brasil, analisando algumas de suas ações para a Internacionalização da Educação Superior que buscam integrar o Sul Global. São tomadas as Conferências Regionais de Educação Superior (CRES) da UNESCO, de 1996 e 2018, pois postulam a educação como direito e bem público social que foram reforçadas na CRES+5, realizada em Brasília (2024) e se reportam ao contexto da produção do texto para Ball e Bowe (1992).

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, a Constituição Federal (CF) estabelece a educação como um direito e um dever do Estado e da sociedade. Além disso, o Título II, Capítulo I, em seu artigo 5º, afirma que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, p. 12). Esse princípio da igualdade constitui um dos fundamentos para a garantia do acesso à educação em condições equitativas. Os programas brasileiros que serão apresentados na terceira parte deste artigo sugerem a possibilidade de constituição desses direitos, articulando os países latino-americanos como destinatários desta ação.

As discussões realizadas durante a III CRES (2018), na Argentina, reafirmaram a educação superior como um elemento estratégico para o desenvolvimento das nações. O documento final da Conferência afirma que: “A Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um **dever do Estado**. Esta é a convicção e a base para o papel estratégico que deve assumir nos processos de desenvolvimento sustentável dos países da região” (Cres, 2018, p. 1 – grifo nosso).

Nez e Souza (2018) argumentam que a adoção de modelos de Estado mínimo em diversos países, nas últimas décadas, tem provocado a redução dos investimentos públicos, especialmente nas políticas voltadas à garantia dos direitos sociais. Esse processo contribui

para a manutenção das desigualdades sociais, diminuindo oportunidades de mobilidade social, dificultando a ampliação da escolarização e limitando o acesso ao conhecimento.

Nessa perspectiva, a CRES 2018 reafirma a necessidade da educação superior como um direito humano e destaca seu papel estratégico no enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade. O documento enfatiza que a internacionalização deve ocorrer com a participação ativa de todos os envolvidos, orientada por uma perspectiva crítica, capaz de reduzir as desigualdades e fortalecer formas de cooperação acadêmica pautadas em circuitos não mercantis, como os que são realizados no Norte Global, aumentando a disparidade mundial e a constituição de uma geopolítica do conhecimento.

Essa perspectiva evita que o Sul Global apareça apenas como localização geográfica e permite tratá-lo também como uma perspectiva epistemológica a partir da qual se questionam as assimetrias que estruturam a produção e a circulação do conhecimento. Essa é uma das linhas que vem ganhando espaço na literatura recente sobre internacionalização na América Latina.

Sob esse enfoque, as conferências constituem espaços de disputa, negociação e exercício de poder, nos quais diferentes atores participam da construção de discursos, sentidos e orientações que podem influenciar na formulação das políticas. Tais espaços correspondem ao contexto de influência, em âmbito regional (CRES) ou mundial (CME), conforme a abordagem do ciclo de políticas proposta por Ball e Bowe (1992). Essa compreensão explicita que as políticas não são processos lineares e unidirecionais, mas dinâmicos e permeados por interpretações. Assim, o contexto de influência constitui um espaço, no qual diferentes grupos procuram estabelecer prioridades e influenciar os significados atribuídos às políticas.

Quando essa abordagem é deslocada para o campo da internacionalização da educação superior, o contexto de influência assume uma dimensão complexa, uma vez que a produção das políticas ocorre na interação entre diferentes espaços de decisão. No âmbito internacional e regional, participam desse processo organismos multilaterais, governos nacionais, redes e associações universitárias, universidades, organismos de cooperação, representantes da sociedade civil, entre outros atores. Nem sempre conseguem atuar diretamente, mas reforçam seus interesses, posições, sobrepujando a capacidade de influenciar o contexto. As CRES e a CME, são então arenas nas quais esses diferentes atores negociam e legitimam determinados discursos sobre o papel da Educação Superior e sobre a internacionalização.

Nesse sentido, analisar esses espaços a partir do ciclo de políticas permite compreender a internacionalização como um processo político e discursivo que ultrapassa as

fronteiras nacionais. As orientações internacionais podem atuar como referências ou indicativos para a construção de agendas, programas e políticas nacionais e institucionais. Entretanto, essa influência depende das relações estabelecidas entre os diferentes atores e dos processos de interpretação e recontextualização que ocorrem em cada realidade.

Assim, o contexto de influência internacional não determina as políticas nacionais de internacionalização, mas constitui um espaço no qual discursos e interesses são produzidos, disputados e legitimados, passando por processos de ressignificação no contexto nacional e local. É essa relação que o próximo tópico teórico busca analisar.

3. Ensaio analítico de políticas de internacionalização da educação superior no Brasil

Segundo dados divulgados pela OCDE sobre a internacionalização da educação superior no cenário mundial, o Brasil apresenta índices ainda reduzidos de mobilidade internacional. Aproximadamente 1,4% dos estudantes brasileiros realizam seus estudos no exterior, caracterizando um movimento de internacionalização ativa, enquanto apenas 0,4% dos estudantes internacionais encontram-se matriculados em instituições brasileiras, representando a internacionalização passiva.

O Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GEOCAPES) esclarece que as políticas de internacionalização da pós-graduação brasileira ainda buscam a ampliação das ações de mobilidade após o período de restrições provocado pela pandemia de Covid-19. No âmbito do Programa Institucional de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), a CAPES disponibilizou, em 2023, até 2.035 bolsas destinadas aos doutorandos brasileiros, e, em 2024, ampliou essa oferta para até 2.976 bolsas, com o objetivo de fortalecer o intercâmbio científico e a cooperação internacional. Vale destacar que esses investimentos concentram-se, historicamente, em países com reconhecida produção científica e tecnológica, como Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha e Austrália, revelando a permanência de determinados centros acadêmicos como referências estratégicas para a internacionalização da pesquisa, perpetuando a relação do Norte Global.

Embora a ampliação das políticas de mobilidade represente um avanço na inserção da ciência brasileira em redes internacionais de produção do conhecimento, a concentração dos fluxos em determinados países e centros científicos evidencia a permanência de assimetrias históricas nas relações globais. Isso mostra que os processos de internacionalização também

são atravessados por disputas de poder, hierarquias epistemológicas e diferentes possibilidades de participação dos países do Sul Global, conforme apontado anteriormente.

Considerando as informações apresentadas, esta seção do artigo dedica-se à análise de algumas políticas de internacionalização da educação superior brasileira voltadas à cooperação com países da América Latina e do Caribe. Foram selecionadas três iniciativas relevantes no contexto regional: o Setor Educacional do MERCOSUL (MERCOSUL Educacional), a AUGM e o Programa Move La América. A escolha dessas ações justifica-se por seu papel na promoção da integração regional, no fortalecimento da mobilidade estudantil e na construção de redes de cooperação científica no Sul Global. Vale ressaltar que mesmo dentro dessas possibilidades ainda se potencializam relações de submissão ao Norte Global e não acesso a algumas universidades menores que ainda buscam essa inserção internacional.

O MERCOSUL constitui uma organização intergovernamental de caráter regional, instituída a partir da assinatura do Tratado de Assunção (1991). Sua criação teve como objetivo promover a integração entre os países da América do Sul, inicialmente por meio da constituição de uma união aduaneira, baseada na livre circulação de bens e na adoção de uma política comercial comum entre os Estados-partes. O bloco foi formado originalmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, depois, passou a contar com a participação da Venezuela e da Bolívia (Mercosul, 2025).

O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) constituiu um espaço de articulação e coordenação das políticas educativas entre os países associados, com o propósito de fortalecer a cooperação regional na área educacional. Criado no mesmo momento da Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL (RME) passou a desenvolver diferentes mecanismos voltados à integração dos sistemas educacionais. Entre essas iniciativas, destacam-se a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (2006) e a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente (2011), além de outras instâncias constituídas para atender demandas e promover ações conjuntas no campo educacional (Mercosul, 2025).

Por meio da negociação de políticas e da elaboração e implementação de programas e projetos conjuntos, o SEM busca promover a integração regional e fortalecer o desenvolvimento da educação nos países que compõem o bloco. Nesse contexto, a Comissão de Área de Educação Superior (CAES) desenvolveu, entre 2023 e 2024, o ciclo de seminários intitulado “Sistemas de educación superior en clave regional: reconfiguraciones, tendencias y desafíos del siglo XXI y postpandemia”, reunindo representantes da Argentina, Brasil,

Uruguai e Paraguai para discutir os desafios contemporâneos dos sistemas de educação superior na região (Sem, 2025).

Os seminários foram realizados em formato híbrido, com atividades sediadas em diferentes países (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, México e Peru), ampliando o diálogo entre instituições e atores envolvidos na formulação de políticas educacionais. As ações tiveram como objetivos principais: compartilhar informações sobre a configuração dos sistemas universitários sul-americanos; promover um diálogo regional de caráter político e acadêmico; fortalecer o conhecimento mútuo e as iniciativas de cooperação entre os países; e estimular o intercâmbio de experiências e boas práticas relacionadas à elaboração e implementação de políticas públicas para a educação (SEM, 2025). Seus parceiros, considerados aqui como atores na execução das ações são as seguintes organizações:

FIGURA 1 – Organizações vinculadas ao SEM



Fonte: Adaptado pelas autoras do SEM (2025).

As iniciativas desenvolvidas pelo MERCOSUL evidenciam um esforço coletivo voltado à promoção da reflexão, do debate e da circulação de conhecimentos sobre a Educação Superior. Essas ações têm como eixo central o fortalecimento da integração regional, em consonância com as orientações da IESALC/UNESCO e com as tendências

presentes nos contextos de influência internacional e regional (Ball, Maguire e Braun, 2021), que orientam as políticas de internacionalização.

Nesse cenário, destaca-se a AUGM, criada em 1991, no mesmo contexto histórico. Trata-se de uma rede formada por universidades públicas e autônomas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, instituída a partir da articulação entre reitores, que firmaram uma Ata de Intenção Fundacional e formalizaram a Associação no Registro de Pessoas Jurídicas de Direito Internacional (Augm, 2025). Desde sua criação, tem atuado como espaço de cooperação regional, promovendo intercâmbios, pesquisas coletivas e ações voltadas ao fortalecimento da educação no contexto latino-americano.

A associação tem como finalidade fortalecer e consolidar ações de cooperação entre as instituições que a integram, contribuindo para o desenvolvimento regional. Entre seus objetivos, destacam-se o incentivo à investigação científica e tecnológica, incluindo processos de inovação, adaptação e transferência de conhecimentos em áreas consideradas estratégicas; a promoção da formação contínua, articulada às necessidades de desenvolvimento das populações da região; o aprimoramento das estruturas de gestão e o fortalecimento da interação entre as instituições e a sociedade, por meio da disseminação dos avanços científicos e tecnológicos voltados à modernização social (Augm, 2025).

A estrutura organizacional e o funcionamento da AUGM são constituídos por diferentes instâncias de gestão e representação, que asseguram suas atividades e o desenvolvimento das ações institucionais. Entre esses órgãos, destacam-se o conselho de reitores, o conselho consultivo, a secretaria geral, o grupo de delegados assessores e a comissão fiscal (atores do processo que podem ser observados na figura 2). Além disso, estabelece acordos de cooperação, ampliando sua atuação em diferentes espaços de produção, circulação e compartilhamento de conhecimentos.

FIGURA 2 – Algumas instituições que mantêm acordos com a AUGM

INTERFACES DA EDUCAÇÃO



Fonte: Adaptado pelas autoras da AUGM (2025).

Entre as principais ações desenvolvidas pela AUGM destacam-se os programas de mobilidade, que contemplam estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, gestores e técnicos-administrativos. Os editais de seleção são complexos quando analisado a partir das experiências do Sul Global, uma vez que a circulação de pessoas, conhecimentos e instituições não ocorre em condições simétricas. A presença ou não da instituição na associação decorre do pagamento de taxas que tem valor aproximado de US\$ 8.500/ano. E, isso é claro, pode ser considerado um elemento analítico de quem pode participar deste processo.

Os programas: Escala de Graduação, Escala de Pós-Graduação, Escala Docente, Escala de Gestores e Administradores, abrangem diferentes níveis e dimensões da universidade. Além das ações de mobilidade, que promovem as Jornadas de Jovens Pesquisadores, voltadas ao incentivo da formação científica e à integração de novos pesquisadores no contexto regional, bem como as Cátedras que contribuem para a circulação e a valorização do conhecimento produzido na América Latina (Augm, 2025).

Por fim, apresenta-se o Move La América, que ofereceu bolsas para estudantes estrangeiros e objetivou complementar as ações de internacionalização das universidades por meio da atração de discentes da América Latina e Caribe. A CAPES buscou, com essa iniciativa, fortalecer os Programas de Pós-Graduação (PPG) e contribuir para a constituição

de um ambiente institucional internacionalizado (Capes, 2025). O programa concedeu bolsas para estudantes de mestrado e doutorado, nas modalidades de mestrado e doutorado-sanduíche. Essas atividades envolveram estágios, investigações, ações de extensão e, participação em disciplinas de Programas de Pós-Graduação de instituições e Institutos Federais, em áreas relacionadas à formação e à atuação dos participantes (Capes, 2025).

Os beneficiários tiveram direito a apoio financeiro, incluindo auxílio deslocamento, auxílio hospedagem e seguro-saúde. O edital foi lançado em 2024 e apresentou como objetivos: estimular iniciativas de internacionalização; apoiar a criação e o fortalecimento de programas de cooperação e intercâmbio entre instituições nacionais e estrangeiras; incentivar a formação de parcerias e a consolidação de redes de pesquisa; ampliar a colaboração e a produção científica coletiva; promover maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira e favorecer a aproximação de discentes e docentes brasileiros com pesquisadores do cenário internacional (Capes, 2025).

O Move La América contemplou 1.423 estudantes, que desenvolveram atividades acadêmicas em instituições brasileiras a partir do primeiro semestre de 2025. Inicialmente previa disponibilizar 800 bolsas, mas teve sua oferta ampliada para 1.600 bolsas. A iniciativa alcançou instituições de Educação Superior localizadas em vários estados brasileiros e no Distrito Federal, evidenciando uma estratégia de fortalecimento da internacionalização da pós-graduação por meio da mobilidade regional e da cooperação no âmbito latino-americano (Capes, 2025).

Embora esse incentivo do governo tenha representado um movimento real de fortalecimento das ações de internacionalização da Educação Superior brasileira, especialmente no âmbito da internacionalização *in*, observa-se que esse processo ainda se apresenta de forma incipiente, demandando continuidade, ampliação e consolidação ao longo dos anos para alcançar maior abrangência e efetividade. Entretanto, não houve outros editais para ampliação e continuidade das ações.

No âmbito dessas iniciativas, reforçam-se como estratégias históricas de internacionalização os programas que promoveram a mobilidade como foi o Programa Ciência sem Fronteiras, que desempenhou papel relevante no cenário brasileiro. Outro exemplo, embora não constitua o foco central deste estudo, merece ser mencionado por sua relevância no campo da Educação Superior: o Programa Institucional de Internacionalização (CAPES/PrInt). Implementado a partir de 2018 que teve como propósito fomentar estratégias de cooperação internacional nas universidades participantes, por meio do apoio a projetos

institucionais voltados à inserção das instituições brasileiras em redes globais de produção do conhecimento (Morosini, *et al.*, 2024). Apesar de ter sido impactado pelas restrições impostas pela Covid-19, o Programa configurou-se como uma política emblemática de incentivo às ações de internacionalização ativa (*out*) contribuindo para o fortalecimento de parcerias acadêmicas, redes colaborativas de pesquisa e processos de consolidação da internacionalização da Educação Superior no Brasil (Nez e Morosini, 2020)

. Recentemente foi lançado outro edital com o propósito de ampliar e fortalecer a inserção internacional da pós-graduação e da pesquisa desenvolvidas no país. O Capes Global foi concebido para integrar diferentes modalidades de cooperação internacional, incentivando a mobilidade de estudantes e pesquisadores, a constituição de redes de pesquisa, a produção científica em colaboração e o desenvolvimento de parcerias estratégicas entre instituições brasileiras e estrangeiras (Capes Global, 2026). Ao adotar uma perspectiva institucional, essa nova proposta busca ampliar a participação das universidades brasileiras em redes científicas internacionais, fortalecendo sua capacidade de produção e circulação do conhecimento e consolidar uma política de internacionalização alinhada aos desafios contemporâneos da ciência, da inovação e da cooperação. Seu grande diferencial do CAPES/PrInt é que desta vez, instituições que não são potências e com destaque para a internacionalização, puderam conceber projeto coletivos com as instituições referências no Brasil, vislumbrando a regionalização da internacionalização.

Dessa forma, pensar a internacionalização da Educação Superior a partir do Sul Global implica deslocar o olhar de uma concepção quantitativa e instrumental (número de estudantes em mobilidade, quantidade de acordos internacionais, volume de publicações em periódicos estrangeiros, entre outras possibilidades); para uma perspectiva que considere as dimensões epistemológicas, culturais, políticas e éticas que permeiam esse processo. Essa mudança expõe que a internacionalização não ocorre em um espaço neutro, mas inserida em relações históricas de poder que influenciam tanto a circulação de sujeitos quanto a produção e a validação dos conhecimentos. Leal e Oregioni (2019) reforça que precisa ser analisada a partir das estruturas históricas do capitalismo e da colonialidade, considerando as hierarquias que legitimam determinados países, universidades, idiomas e formas de produção do conhecimento em detrimento de outros espaços.

Essa problematização encontra ressonância em Mignolo (2017) visto que constitui uma matriz de poder associada à própria formação da modernidade ocidental, produzindo efeitos sobre as formas de conhecimento, representação e organização das relações globais. A

perspectiva decolonial, aqui nesse contexto de influência, busca problematizar essa matriz e abrir espaço para outras formas de compreensão das relações entre diferentes espaços históricos, políticos, sociais e culturais. O Sul Global se coloca aqui, como Bourdieu (1983) notifica enquanto campo e arenas do conhecimento.

Nesta direção, refletir sobre a internacionalização a partir do Sul Global significa interrogar as estruturas que definem quem, quando e onde participar, além das experiências que ocupam posições de maior legitimidade nos circuitos internacionais. Os casos apresentados neste estudo, mesmo que sejam experiências de certo modo positivas, também “flertam” com essa imposição de locais e atores.

É necessário considerar quais relações de poder atravessam essas iniciativas, o que é valorado, quais sujeitos participam e de que modo as relações estabelecidas entre instituições e países são horizontais. A partir disso, a internacionalização se caracteriza como um fenômeno que envolve não apenas circulação, mas disputas em torno da legitimidade do conhecimento produzido.

Considerações finais

A internacionalização da educação superior consolidou-se, nas últimas décadas, como uma importante estratégia das políticas educacionais, assumindo papel central na produção e socialização do conhecimento em um contexto marcado pela globalização e pela intensificação das redes. Nesse cenário, as universidades passaram a desempenhar papel fundamental ao promover a articulação entre diferentes culturas, saberes, instituições e sujeitos, contribuindo para a formação acadêmica, científica e cidadã.

Sob a perspectiva bourdieusiana, as políticas de internacionalização constituem-se em um campo de disputas, no qual diferentes agentes (Estado, universidades, organismos internacionais citados e demais atores), mobilizam capitais para influenciar a definição das agendas para a constituição das políticas educacionais. Nessa direção, os documentos que orientam a internacionalização não podem ser compreendidos como produções neutras, mas como resultados de negociações, conflitos e relações de poder.

A análise das iniciativas elencadas para este estudo: o Setor Educacional do MERCOSUL, a AUGM e o Programa Move La América, permitiu identificar avanços na construção de estratégias de cooperação regional, na promoção da mobilidade e no fortalecimento de redes entre instituições latino-americanas. Tais experiências evidenciam que a internacionalização pode assumir uma perspectiva voltada à integração regional e à

cooperação, contrapondo-se à lógica competitiva que historicamente orientou parte das políticas internacionais de educação superior para o Norte Global.

Entretanto, também se verificou que as políticas brasileiras de internacionalização permanecem marcadas por ações pontuais e descontinuadas, muitas vezes dependentes de programas e de recursos limitados, o que restringe sua capacidade de promover uma internacionalização democrática e inclusiva. Embora iniciativas recentes que são consideradas avanços, tais como o Capes Global, ainda persistem desigualdades de acesso entre regiões, instituições e grupos sociais, revelando que o direito à internacionalização permanece distribuído de forma assimétrica no sistema de educação superior brasileiro.

A internacionalização da Educação Superior poderá assumir um caráter dialógico, plural e horizontal. A AUGM, o Mercosul Educativo e o CAPES/PrInt podem não ser apenas instrumentos de inserção internacional, mas se constituir políticas futuras que busquem a construção de relações equilibradas entre diferentes instituições, países e comunidades acadêmicas. Trata-se, portanto, de compreender a internacionalização não somente como estratégia de projeção internacional, para, além disso, pensá-la como possibilidade de fortalecimento da cooperação regional, de valorização da diversidade epistemológica e de construção compartilhada do conhecimento.

Nesse sentido, torna-se imprescindível que o Estado fortaleça seu papel como formulador e indutor de políticas capazes de ampliar e democratizar oportunidades, assegurando que seus benefícios alcancem diferentes instituições, territórios e sujeitos. Mais do que fomentar programas de mobilidade, faz-se necessária a consolidação de políticas que promovam a cooperação científica, a produção coletiva, a formação de redes e o reconhecimento da diversidade de experiências presentes na América Latina e no Caribe.

Por fim, defende-se um projeto alternativo de internacionalização que reconheça o Sul Global como espaço legítimo de produção científica e inovação, superando perspectivas que restringem a circulação do conhecimento aos centros hegemônicos. Essa política deve ser comprometida com a equidade, a justiça social e a integração regional, valorizando a produção de conhecimento situada e fortalecendo a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente em contextos que sejam globais e locais. A consolidação dessa abordagem projeto demanda políticas de longo prazo, com dimensões complementares de uma estratégia nacional de desenvolvimento científico, educacional e social.

O caminho se faz ao caminhar; as elucidações dos temas emergentes neste ensaio teórico aparecem a partir de uma leitura onde a internacionalização possa ultrapassar a

dimensão histórica vinculada à mobilidade e configurar-se como um instrumento capaz de fortalecer a qualidade da Educação Superior e o compromisso social das instituições com o contexto local.

Uma política educacional bem elaborada é aquela que pode promover uma formação crítica e emancipatória, na qual os indivíduos se vejam como sujeitos da sua própria história. Por outro lado, uma política educacional inadequada pode promover desigualdades sociais e, conseqüentemente, afetar negativamente as oportunidades educacionais das pessoas de todos os grupos ou classes sociais.

Em síntese, a internacionalização da Educação Superior crítica permite deslocar o olhar a partir apenas das mobilidades e acordos, para considerar as dimensões epistemológicas, culturais, políticas e éticas desse processo. A internacionalização pode ser uma oportunidade de questionar as hierarquias que historicamente organizam a produção do conhecimento. Nesse sentido, contribuiria para pensar formas dialógicas, plurais e sensíveis às especificidades históricas e sociais no Sul Global.

Referências bibliográficas

AUGM. Disponível em: <https://grupomontevideo.org/site/> . Acesso em: 11 maio 2025.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2001.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of national curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of curriculum studies**, Londres, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: coleção Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122 – 154.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. Londres: Routledge, 1992.



CAPES. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-move-la-america>. Acesso em: 12 maio 2025.

CAPES GLOBAL. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-capes-global.edu>. Acesso em: 16 jul. 2026.

DE WIT, H. **Internationalization misconceptions**: international higher education, n. 64, p. 6–7, 2011. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8556/8321>. Acesso em: 18 set. 2026.

IESALC. **Declaração da conferência regional de educação superior da América Latina e Caribe +5 (CRES+5)**. Disponível em: https://cres2018mas5.org/wpcontent/uploads/2024/03/Declaracao-CRES5_15-3-2024_PT.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of studies in international education**, v. 8, n. 1, p. 5-32, Spring, 2004.

LEAL, F. G.; OREGIONI, M. S. Aportes para analizar la internacionalización de la educación superior desde latinoamérica: un enfoque crítico, reflexivo y decolonial. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 5, 2019. Disponível em: https://www.giepes.fe.unicamp.br/pf-giepes/aportes_para_analizar_la_internacionalizacion_d_e_la_educacion_superior_desde_latinoamerica_un_enfoque_critico_reflexivo_y_decolonial.pdf. Acesso em: 01 out. 2026.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MERCOSUL. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 out. 2026.

MOROSINI, M. C.; DALLACORTE, M. Internacionalização da educação superior. In: MOROSINI, M. C. (org.). **Enciclopédia da educação superior**. Porto Alegre: CNPq/FAPERGS/EDIPUCRS, 2020.

MOROSINI, M. C. *et al.* Internacionalização da educação superior no Brasil: o programa CAPES-PrInt e a cooperação acadêmica internacional. **Educação e políticas em debate**, v. 13, n. 2, p. 1-18, mai./ago. 2024. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70624>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NEZ, E. A constituição das políticas sociais no Brasil. **Org & demo**, UNESP. Marília, v. 21, n. 1, p. 9-26, jan./jun., 2020. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/9843>. Acesso em: 19 maio 2024.

NEZ, E. ; MOROSINI, M. C. Programa institucional de internacionalização (PRInt): análises frente a uma pandemia. **Debates em educação**, v. 12, p. 77 - 94, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/10397>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NEZ, E.; SOUZA, W. C. A prerrogativa do direito na conferência regional de educação superior da América Latina e do Caribe (CRES) 2018. **Educação e fronteiras on-line**. Dourados, v. 8, n. 23, maio/ago, 2018. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/9439?articlesBySimilarityPage=1>. Acesso em: 28 maio 2024.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SEM. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/pt-br/temas/educacao/organizacoes-vinculadas-ao-sem/>. Acesso em: 17 maio 2025.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 22 fev. 2020.

UNESCO. **Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e à educação ao longo da vida para todos. Incheón, Coréia do Sul: UNESCO. 2015a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 31 jan. 2020.